

*Pragmatismo, marxismo e democracia: a negligenciada contribuição de Sidney Hook****

*Pragmatism, marxism and democracy:
Sidney Hook's neglected contribution*

As tradições marxista e pragmatista de pensamento político são geralmente pensadas como absolutamente distintas ou, mesmo, mutuamente excludentes. Apesar da aposta de ambas as correntes em alguma noção de práxis humana, argumenta-se que elas teriam traçado trilhas muito distintas. De modo muito genérico, o marxismo teria seguido um veio fortemente marcado pela análise político-econômica, a qual embasaria críticas contundentes às relações de classe existentes e indicaria caminhos concretos para a superação das opressões. O pragmatismo, por sua vez, teria feito uma aposta no simbólico-situacional, perdendo de vista a dimensão mais estrutural da organização social e, com isso, assumindo uma visada aquiescente e conservadora do mundo tal como ele é.

Este artigo busca negar essa interpretação do pragmatismo, por meio da reconstrução das contribuições de um autor que bebeu amplamente nas fontes do pragmatismo e do marxismo. Trata-se de Sidney Hook, filósofo e polemista norte-americano, profundamente influenciado por John Dewey e considerado um dos principais introdutores do marxismo na cena

* É professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG). É bolsista de produtividade do CNPq e pesquisador mineiro da Fapemig. E-mail: ricardofabrino@hotmail.com.

** É graduanda em ciências sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: luisadealbuquerque@yahoo.com.br.

*** O artigo faz parte de um projeto de pesquisa intitulado "Pragmatismo, teoria crítica e a democracia radical", com apoio da PRPq (Universidade Federal de Minas Gerais) e do CNPq (Processo 476130/2011-5), a quem somos gratos.

acadêmica dos Estados Unidos, além de ser uma das mais eloquentes vozes da esquerda nos anos 1930 (Talissee e Tempio, 2002). Apesar de sua centralidade em vários debates públicos do século XX, sua obra tem sido muito negligenciada (Bagger, 2011), o que se deve, em grande medida, a alguns de seus posicionamentos e à forma como foram percebidos pelos intelectuais e formadores de opinião de seu entorno. Como o próprio Hook se descreveu em sua autobiografia, suas ideias parecem descompassadas com o contexto em que se inserem ao longo de sua vida, o que o levou a ser “acusado” pela esquerda e pela direita norte-americanas.

É importante mencionar, ainda, que nosso interesse em discutir as ideias de Hook está vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo, que pensa as relações históricas e conceituais entre a teoria crítica e o pragmatismo. Se a teoria crítica rechaça, inicialmente, o pragmatismo e suas conclusões, ela se reapropria desse mesmo pragmatismo em momentos ulteriores para realizar sua virada democrática (Mendonça, 2013). No escopo desse projeto, descobrimos que Hook é uma espécie de “elo perdido” entre teoria crítica e pragmatismo nas bases da primeira geração de Frankfurt. Como discute Wheatland (2009), Hook foi o interlocutor pragmatista de Horkheimer durante o tempo em que o Institut für Sozialforschung (IfS) operou em Nova York. Coube a Hook traduzir o pragmatismo ao grupo alemão, o que possibilitou a Horkheimer aprofundar as críticas direcionadas à filosofia norte-americana que já vinham desde o início dos anos 1930, mas que se consolidaram em *Eclipse da razão* (1947). O retorno às articulações feitas por Hook entre pragmatismo e marxismo pode dar pistas, assim, para a construção de uma teoria democrática crítica, como buscaram fazer a segunda e a terceira gerações de Frankfurt.

O texto está estruturado em quatro seções. Na primeira, apresentam-se, em linhas muito gerais, a vida e a obra de Sidney Hook. Na segunda, exploram-se as raízes pragmatistas do autor e a forma como ele construiu suas ideias a partir desse legado. Na terceira seção, abordam-se os elementos que o autor busca no marxismo e as críticas feitas por ele aos continuadores da tradição. Por fim, exploramos as ideias políticas de Hook, com foco em sua concepção de democracia. O objetivo do trabalho não é endossar toda a sua perspectiva ou mesmo a coerência de todas as suas interlocuções. Tampouco julgamos ser esta uma revisão exaustiva de todo o seu percurso teórico. O objetivo, mais modesto e já enunciado, é buscar insumos para a estruturação de uma teoria crítica de democracia.

Uma vida fora do compasso?

Nascido em 20 de dezembro de 1902 em Nova York, Sidney Hook passou a infância em Williamsburg, no Brooklyn, área fundamentalmente ocupada pela classe trabalhadora e por imigrantes, sendo marcada pela pluralidade étnica. Segundo o próprio Hook (1987), muitos moradores dessa comunidade pobre viam a educação como única saída para uma vida melhor. Em suas palavras, “a esperança era sustentada por uma fé em que as portas de oportunidade seriam abertas pela educação. Nenhuma geração de pais esteve tão preparada em sacrificar tanto pela educação de suas crianças” (Hook, 1987, p. 11, tradução nossa).

Assim, Sidney Hook frequentou assiduamente a escola primária, quando teve contato com sua primeira grande influência: um professor chamado Jim Harris, que o encorajou a escrever. Em 1916, ingressou na Boys High School, considerada uma escola de elite, que representaria o caminho através do qual Hook conquistaria sua entrada na City College de Nova York. Em sua graduação, de 1919 a 1923, Hook estudou ciências sociais e filosofia. O interesse pela última foi despertado por outro professor, Morris R. Cohen, que o impressionou pela maneira socrática de ensinar, buscando combater dogmas e estimulando o questionamento (Hook, 1987). Jumonville (2004) e Kohl (2004) afirmam que Hook adotou essa metodologia ao longo de sua vida, não apenas com seus alunos, mas também com seus colegas e adversários. Exercendo a arte do combate intelectual de forma continuada e em torno das mais diversas temáticas de interesse público, ele foi um dois mais ardorosos e entusiasmados polemistas de sua época (Kurtz, 1983; Konvitz, 1983). Seu filho Ernest Hook, em discurso de memória após a morte do pai, deixou clara essa questão: “[...] era sua escrita polêmica, suas trocas com os críticos, que fazia explodir a argumentação racional apaixonada em que ele planava” (*apud* Hessen *et al.*, 1990, p. 14).

Ainda na City College de Nova York, Hook familiarizou-se com o trabalho de John Dewey, em um curso ministrado por Harry Overstreet. Em 1923, Hook iniciou seu doutorado na Universidade de Columbia, onde pode conhecer o pragmatista de perto, frequentando uma disciplina sobre lógica. Desse contato, desenvolveu-se uma relação profissional e pessoal marcada por respeito e admiração mútuas. Em carta a George H. Mead dessa época, Dewey se referia a Hook com bastante entusiasmo, considerando-o como pleno entendedor de suas ideias e um possível continuador de seu pensa-

mento (Eldridge, 2004). Dewey confiava a tal ponto em Hook que deixava sob sua responsabilidade a revisão final de alguns escritos. Ao longo de sua carreira, Hook tornou-se um veemente defensor da teoria deweyana, recebendo de um de seus críticos o apelido de “bulldogue de Dewey” (Bagger, 2011)¹, posteriormente endossado por ele.

Sidney Hook concluiu seu doutorado em 1927, com tese intitulada *The metaphysics of pragmatism*, na qual abordou os tópicos fundamentais da tradição que se tornaria o pilar central de sua obra. No trabalho, que seria a primeira de uma ampla série de publicações, Hook advogou uma metafísica naturalista, ancorada no método científico. Veremos que essa concepção alicerçaria suas visões de ética e democracia.

Depois do doutorado, em 1928, Hook foi para a Alemanha, a fim de aprofundar os estudos em filosofia. Lá, segundo Wheatland (2009), tornou-se conhecedor de Kant, Hegel e dos jovens hegelianos. Crítico do idealismo, Hook acusou o discurso filosófico alemão de ofuscar a compreensão da realidade com suas “verdades eternas”, que acabavam por ter um caráter dogmático. É importante perceber, ainda, que a experiência alemã deixou marcas em Hook que ultrapassam sua formação intelectual. No período de sua estadia, o norte-americano de origem judaica assistiu ao crescimento do movimento nacional-socialista (Hook, 1987), notando os riscos de uma democracia que tolera grupos e discursos intolerantes (Sidorsky, 2004, p. 35).

No ano seguinte, em 1929, fez uma visita de catorze semanas de estudo à União Soviética por convite de David Ryazanov, então diretor do Instituto Marx-Engels. Lá, pôde aprofundar-se no estudo do marxismo. Hook (1987, p. 123) afirma que, na época, estava convencido de que a URSS se dedicava completamente ao ideal socialista, falhando em notar as mazelas do stalinismo. De acordo com Wheatland (2009, p. 102), “durante os anos 1930, Hook se distinguiu talvez como a principal autoridade americana nos escritos e legados de Karl Marx”.

Em 1933, publicou *Towards the understanding of Karl Marx*, obra em que explora os méritos e os impasses do marxismo. No outono do mesmo ano, ele organizou com outras figuras radicais do cenário estadunidense, a convite

¹ A atribuição faz referência a Thomas Huxley, apologista de Charles Darwin, que ganhara o apelido de “Darwin’s bulldog”. De acordo com Eldridge (2004, p. 131), o inventor do apelido foi o filósofo Victor Lowe, em 1951.

do reverendo Abraham J. Muste, um partido de fundamentação socialista (o American Workers Party), que buscava refletir sobre os problemas da crise de 1929 e o colapso da economia capitalista. De curta existência, o partido entrou em declínio ao unir-se com a Communist League of America (de origem trotskista), o que gerou muitos atritos. Hook decidiu seguir como um ativista independente, não mais vinculado à nova coalizão.

Nesse contexto, ele ofereceu a primeira disciplina sobre marxismo a ser integrada no currículo de uma faculdade nos Estados Unidos (Sidorsky, 2004, p. 38). Em 1936, publicou *From Hegel to Marx*, obra na qual pretendia reconstruir as origens hegelianas do marxismo. Na mesma época, esteve envolvido com a Comissão de Investigação à Verdade dos Julgamentos de Moscou, que buscou oferecer um julgamento com direito de defesa a Leon Trótski e a seu filho, Leon Sedoff, acusados de conspirar contra Stalin e seu governo. A Comissão, da qual também participou Dewey, acabou por absolver Trótski das acusações (Westbrook, 1991, p. 482).

Em 1939, Hook participou, com outros intelectuais, da organização do American Committee for Cultural Freedom, cujo objetivo era promover a criatividade e a liberdade intelectual nos Estados Unidos. No mesmo ano, publicou *John Dewey: an intellectual portrait*, obra em que relata suas memórias a respeito de Dewey. Pouco depois, em 1943, lançou *The hero in history*, questionando narrativas estruturalistas e deterministas da história e evidenciando o papel de grandes líderes e personagens na conformação dos eventos. Ainda nos anos 1940, assumiu a chefia do Departamento de Filosofia da Universidade de Nova York, cargo que ocuparia por mais de vinte anos, de 1948 a 1969.

Esse período também é marcado pela crítica de Hook ao comunismo soviético de base leninista e stalinista, considerado marcado pelo domínio e pelos abusos do Partido Comunista (PC). Desde o fim dos anos 1930, Hook se configurava como eloquente anticomunista e, pouco a pouco, distanciava-se do próprio marxismo. “Enquanto ele atacava aqueles que desconfortavelmente toleravam, desculpavam ou se silenciavam sobre o horrível curso que o leninismo tinha tomado, Hook tornou-se um defensor vigoroso dos Estados Unidos e da razão científica” (Wheatland, 2009, p. 126). A crítica ao comunismo não implicava, contudo, o endosso do macartismo, como lembram Capaldi (1983) e Sidorsky (2004). Na oposição ao comunismo, Hook envolveu-se em uma célebre polêmica, em torno da possibilidade de

membros do PC ocuparem cargos em escolas públicas (Talissee, 2007; Sidorsky, 2004; Eldridge, 2004; Westbrook, 1991; Hook, 1987). Ele afirmava que os membros do partido não seriam abertos ao espírito científico da investigação, pois se orientariam por dogmas estabelecidos por uma estrutura hierarquizada de base leninista. Defendendo a liberdade intelectual de investigação e o desenvolvimento crítico dos indivíduos, ele opunha o próprio marxismo ao comunismo (Hook, 2002 [1973]).

Embora Hook (1987) declare nunca ter mudado de posição e defenda a coerência de suas posturas, ele passou a ser percebido como alguém que teria oscilado drasticamente. Visto como um intelectual de esquerda no início de sua carreira, ele passa a representar a voz do conservadorismo nos anos 1960 (Sidorsky, 2004), ainda que importantes pontos o distanciassem do neoconservadorismo, incluindo seu humanismo secular (Kurtz, 2004, p. 150) e sua posição “*pro-choice*” no debate sobre o aborto (Talissee, 2007, p. 130)². Diante do advento da *new left* nos Estados Unidos e sua influência sobre a academia e o movimento estudantil do país, Hook enfatizou a importância da manutenção dos aspectos essenciais de uma universidade tradicional e livre (Talissee e Tempio, 2002). Para ele, a liberdade cultural não poderia ser valorizada em detrimento da segurança nacional. Os violentos protestos estudantis haviam de ser cessados e repudiados, e Hook criticava a facilidade com que ativistas apelavam para a desobediência civil em um contexto democrático. Apesar de defender os direitos de minorias, Hook também foi um crítico das políticas de ação afirmativa (Kurtz, 2004; Capaldi, 1983).

A partir de 1973, Sidney Hook torna-se pesquisador da Universidade de Stanford, compondo os quadros da conservadora Hoover Institution (Capaldi, 1983). Em 1974, lançou *Pragmatism and the tragic sense of life*, obra em que advoga a metodologia pragmática como guia de ação aos indivíduos diante do trágico sentido da vida. Em 1985, recebeu de Ronald Reagan a Medalha Presidencial da Liberdade por sua defesa da democracia. Morreu quatro anos depois, em 1989, deixando o legado de uma carreira profícua e abrangente, marcada pela independência e pelo descompasso com as ideias predominantes nos diferentes contextos em que produziu sua obra.

² De acordo com Kohl (2004, p. 162), “somente aqueles que encontram conforto em supersimplificações o chamariam de conservador, mesmo nas últimas décadas de sua vida”.

Ciência e ação em Sidney Hook

Discípulo de John Dewey, Sidney Hook apoiou-se na teoria pragmatista, buscando uni-la, inicialmente, ao marxismo. Dessa união, Hook sintetizou uma teoria democrática, pautada pelos princípios de igualdade, liberdade e ética, bem como pelas ideias de livre consentimento e discussão. Para reconstruir essa visão, exploramos, nesta seção, a relação do autor com o pragmatismo, passando, na sequência, à sua leitura do marxismo.

Entender o lugar do pragmatismo na obra de Hook demanda, em primeiro lugar, delimitar o próprio pragmatismo.³ Filosofia norte-americana do final do século XIX, o pragmatismo clássico tem como pilares fundamentais os trabalhos de Charles Sanders Peirce, William James, John Dewey e George H. Mead. Apesar das diferenças entre esses autores, a corrente se caracteriza, em linhas muito gerais, pelo foco na *ação humana dentro de seu contexto*, questionando tanto as abordagens atomizantes do individualismo metodológico como as perspectivas idealistas e estruturalistas da história. No pragmatismo, o contexto e a relação entre sujeitos encarnada na linguagem ganham centralidade. Fundamentalmente democrática, a abordagem aposta na agência humana em um mundo incerto, como forma de construção coletiva de soluções para problemas comuns (Shook, 2002; Kadlec, 2007; Talisse, 2007; Shalin, 2011; Pogrebinschi, 2005; Mendonça, 2012; 2013).

O pragmatismo se configura, assim, como uma teoria com ênfase na *investigação* e na *práxis* humana para a produção de conhecimento, devendo a ação – compreendida como prática – ser testada por suas consequências em um mundo contingente e dinâmico. De acordo com Shalin (2011, p. 247), a

³ É importante salientar, antes de tudo, que o pragmatismo se configura como uma denominação filosófica muito eclética. Suas origens remontam à semiótica de Peirce, no século XIX, embora tenham ganhado maior difusão com as ideias de Dewey, Mead e James, na passagem para o século XX. No entanto, Peirce não reconheceu essa segunda geração como seguidora de seu legado, chegando a cunhar o termo *pragmaticismo* para se diferenciar deles. Outra vertente de pensamento pragmático desenvolveu-se em Palo Alto, no campo da psicologia, com as ideias de Bateson e Watzlawick. Ainda no contexto norte-americano, é possível apontar a obra de Rorty como uma quarta abordagem pragmatista. Na Europa, uma filosofia da linguagem de bases pragmáticas se desenvolveu por caminhos distintos, a partir do Wittgenstein de *Investigações filosóficas*. Essa vertente influencia a teoria dos atos de fala de Austin e Searle, que pesquisam a dimensão ilocucionária e perlocucionária da linguagem. Ainda no campo da linguagem, é possível mencionar a preocupação de Grice com a noção de *implicatures*, que fortalece o foco no contexto do intercâmbio linguageiro, e a chamada nova análise de discurso francesa que, embora crítica ao pragmatismo, adota algumas de suas premissas. Vale citar, por fim, a sociologia praxeológica do francês Louis Quéré, com seu foco na situação comunicativa. Neste texto, enfocamos a linhagem de pensamento denominada de pragmatismo filosófico clássico, abordando especificamente as ideias de Peirce, Dewey e Mead.

proposta pragmatista pode ser resumida em seis pontos: 1) antifundacionismo filosófico; 2) consequencialismo epistemológico; 3) questionamento de determinismos; 4) racionalismo encarnado; 5) perspectivismo social; 6) progressivismo político. O *antifundacionismo* consiste na recusa de verdades definitivas e absolutas, estabelecidas apriorística e metafisicamente. Em uma visada claramente anticartesiana, a verdade assume caráter relacional e processual (Joas, 1999, p. 134). O *consequencialismo* revela preocupação com os possíveis desdobramentos das ações, mais do que com as causas que as fomentaram. O questionamento permanente de ações, ideias e supostos fundamentos se dá com base nas suas consequências. O *repúdio aos determinismos* diz de uma crença na ação humana, que nega a existência de um curso histórico determinado mecanicamente por qualquer fator. O *racionalismo encarnado* evidencia que esse processo criativo humano é atravessado por uma racionalidade estruturada coletiva e continuamente, no processo comum de buscar soluções para problemas partilhados. O *perspectivismo social* revela uma aposta na pluralidade, asseverando que o mundo se configura no encontro de olhares singulares e que decisões éticas devem considerar a pluralidades de perspectivas e valores existentes. Por fim, o *progressivismo político* diz de uma defesa da possibilidade de construção de um mundo melhor a partir desse contínuo encontro de pluralidades. Pogrebinschi (2005) frisa, ainda, a importância do *contextualismo*, que destaca o papel do contexto e da experiência humana no desenrolar das ações.

De acordo com Hook (2002 [1960], p. 68), o pragmatismo norte-americano se distinguia das abordagens europeias que lhe eram contemporâneas por enfatizar três coisas: “o universo era aberto – e, assim, possibilidades eram reais; o futuro dependia em parte do que os humanos faziam ou deixavam de fazer [...]; ideias eram potencialmente planos de ação”. Para sua obra, uma das principais contribuições do pragmatismo era a defesa do *método da inteligência* para se lidar com a realidade e seu *sentido trágico*. De acordo com Bagger (2011, p. 566), “Hook assegurou seu lugar no panteão do pragmatismo ao oferecer o argumento mais explícito em defesa do naturalismo metodológico que é característico do pragmatismo”. Desde sua tese de doutorado, em 1927, ele advogou uma concepção de metafísica que se encontrava conectada ao método científico.

Nessa visão, o conhecimento humano, gerado pela experiência, encontra-se sempre sujeito à autocorreção, adaptando-se a uma realidade que também

deve ser vista como contingente. O conhecimento deve ter um caráter flexível e atento às eventualidades, sendo contínua e rigorosamente testado. O método da inteligência advoga essa visão de um permanente teste de premissas e hipóteses, a partir de suas consequências. Esse teste é feito coletivamente, por uma *comunidade de investigadores*, como já defendiam Peirce e Dewey (Talisce e Tempio, 2002, p. 17), que é composta por cidadãos ordinários envolvidos na tarefa cotidiana de fazer sociedade.

De acordo com Sidorsky (2004), o foco de Hook no método científico fez parte da rejeição de uma perspectiva antinaturalista ou supernaturalista da realidade. Os métodos alternativos ao científico seriam, na opinião dele, subjetivos ou baseados em verdades privadas tidas como inquestionáveis (Wheatland, 2009). Se o antinaturalismo pode negar a concretude do mundo que nos afeta, o supernaturalismo acaba por espocar uma visão absolutizante e estática da realidade. Para Hook, a evidência empírica conquistada por meio do método científico seria o mais confiável meio para o alcance das verdades sobre o mundo da natureza, da sociedade e do humano. O que o naturalismo demanda é a adoção inteligente do teste como método:

A demanda inteligente por provas não precisa paralisar os pioneiros da verdade que vislumbram o que pode até ser inimaginável. As ciências em si não exigem confirmação completa ou exata de uma hipótese para começar, mas apenas o suficiente para instituir novas investigações; e a história da ciência é prova suficiente de que a disciplina de seu método, longe de ser uma barreira contra a descoberta de novas verdades, é uma ajuda positiva em adquiri-las. Quanto a decretar o que faz ou pode existir, não há nada no método científico que proíba qualquer coisa de existir. Preocupa-se apenas com a responsabilidade das afirmações que proclamam a existência de qualquer coisa (Hook, 2002 [1944], p. 227-8).

Como bem pontua Bagger (2011), a defesa da ciência no naturalismo de Hook não implica o apoio a uma concepção especializada e tecnocrática do saber. Ao contrário, o método científico é visto em continuidade com habilidades humanas empregadas no cotidiano quando um indivíduo faz opções sobre alternativas existentes. A habilidade racional, do senso comum, representaria um esforço de adaptação inteligente por parte do ser humano, que testaria os diferentes meios e possibilidades visando alcançar determinado fim. Tanto Hook quanto seu mentor, John Dewey, buscaram aplicar o método científico de forma abrangente, abarcando contextos constituídos

por questões éticas, culturais e políticas. Esses diversos cenários constituem uma realidade que é atravessada por problemas, que demandam escolhas, muitas vezes de natureza moral.

O método de antecipação de consequência através do teste de distintas alternativas é o mais eficaz para se lidar com estes problemas morais. É ele que nos fornece, segundo Hook (2002 [1960]), um jeito de lidar com o sentido *trágico da vida*, viabilizando a ação racional em um mundo contingente. Nossas escolhas são continuamente atravessadas por tensões entre valores, entre valores e normas e entre normas, o que gera agonias. A agonia da escolha, para o autor, encontra-se no que perdemos ao optarmos por determinada possibilidade. Se, em alguns casos, podemos escolher o “melhor bom” – o valor hierarquicamente ranqueado acima de outros em conflitos éticos –, a situação se torna mais complexa quando precisamos decidir por algo correto que apresenta consequências maléficas ou mesmo entre duas alternativas consideradas corretas. Em situações dessa natureza, a decisão precisa ser consciente, no sentido de que todos os fatores envolvidos serão refletidos e uma investigação dos distintos traços do contexto será empreendida. Para o autor, “quanto mais ampla a visão de alternativas, mais razoável a decisão” (Hook, 2002 [1975c], p. 107).

Obviamente, tal procedimento não erradica o sentido trágico da vida. Recorrendo a James, ele lembra que nossas escolhas sempre implicarão perdas e deixarão um sentimento *amargo no fundo do copo* (Hook, 2002 [1960], p. 70). É diante da análise dessas diversas experiências morais, contudo, que o método da inteligência criativa nos permite lidar com o trágico: “É uma lógica que não prega soluções, mas explora as sugestões que surgem nas análises dos problemas. Seu imperativo categórico é investigar, racionar em conjunto, procurar em cada crise as invenções e dispositivos criativos que não somente tornarão a vida mais completa e rica, mas a tragédia suportável” (Hook, (2002 [1960], p. 84-5).

A inteligência criativa alimentada pelo choque de perspectivas, fatos e alternativas não seria um método que transformaria o trágico em algo tranquilo ou leve. Ao contrário, seria uma forma de levar a sério a profundidade do trágico. Assim, esse jeito de tomar decisões era, para ele, o mais eficiente: “podemos usar o método científico e estar errados sobre o futuro, mas não tão frequentemente errado como se usássemos outros métodos” (Hook, 2002 [1940], p. 272). No entanto, mais que eficiente, o método da

inteligência é visto como um dever moral, porque permitiria a tomada de ação responsável (Konvitz, 1983, p. 8). “Como um humanista, Hook acredita que a ética pode estar assentada na inteligência reflexiva” (Kutz, 1983, p. X). O método da inteligência possibilitaria decisões prudentes após a análise de contextos, fatos, meios, fins e possíveis consequências (Kurtz, 2004, p. 156).

Dessa visão nasceu uma das discussões mais célebres de Hook (2002 [1944]), a saber: o diagnóstico pessimista de uma “nova falta de coragem” (“*the new failure of the nerve*”). Diante dos acontecimentos do momento (crises econômicas profundas, guerra mundial e o nazifascismo, por exemplo) ele apontava para o perigo de a academia reviver um apelo a princípios dogmáticos absolutos e metafísicos (às vezes, místicos e religiosos). Também criticava, contudo, a visão oposta, marcada por uma “fe” cega no experimentalismo, como se a experiência retratasse fielmente um mundo objetivo. Fiel ao naturalismo e ao método científico, Hook via esses caminhos como falta de coragem, irresponsabilidade e fuga da realidade e de suas demandas morais. Para ele, tal método era o mais efetivo instrumento para se entender a natureza e solucionar problemas e questões humanas.

É interessante observar, por fim, que, assim como Dewey, Hook derivou as implicações político-morais da adoção do método da inteligência, o que o levaria a uma defesa fervorosa da democracia. Antes, contudo, faz-se necessário discutir o outro pilar do início de sua carreira, que também serviu como alicerce para sua teoria democrática: o marxismo.

Marxista e anticomunista

Como já mencionado, a década de 1930 foi marcada pelo interesse de Sidney Hook pelo marxismo. Desde a visita ao Instituto Marx-Engels, passando pela publicação de *Towards the understanding of Karl Marx* (1933) até a de *From Hegel to Marx* (1936), o autor lapidou uma interpretação do pensamento marxista que buscava ressaltar seu potencial democrático. “Hook viu a continuidade entre marxismo e pragmatismo pelo menos trinta anos antes do que qualquer um” (Capaldi, 1983, p. 18). Continuidade essa que nasce do seu desejo de testar a hipótese da socialização dos meios de produção, mas também da relação entre conhecimento e ação, implicada pela ideia de práxis (Sidorsky, 2004, p. 33-34). O marxismo pragmático de Hook tornou-se, assim, a filosofia radical predominante entre os intelectuais de Nova York dos anos 1930 (Wheatland, 2009, p. 102). Crítico do marxismo

determinista e do materialismo dialético, contudo, ele construiu uma visão singular de marxismo, capaz de se sobrepor ao seu pragmatismo.

Segundo a teoria marxista, o advento do socialismo seria possibilitado somente pelo desenvolvimento de condições objetivas e materiais. O caminho para atingi-lo envolveria alguma forma de tomada de consciência por parte da classe trabalhadora, que iniciaria uma revolução por meio da luta de classes. Esse processo instauraria uma *ditadura do proletariado* (termo que Hook ressalta ter sido mencionado poucas vezes por Marx⁴): um estágio transitório em direção ao socialismo. Nele, um líder seria eleito com o objetivo estritamente “educacional” de guiar as massas durante o processo revolucionário. Nesse cenário, a abolição da propriedade privada dos meios de produção possibilitaria uma forma de vida mais justa e igualitária.

Ainda que a posição de Hook (2002 [1973]) tenha oscilado ao longo de sua carreira, ele nunca “comprou” o pacote marxista na sua versão integral ou mais convencional. Seu interesse pelo marxismo parece nascer, em grande medida, da forma que a noção de igualdade adquiriu nos escritos de Marx. Segundo o pragmatista, Marx rejeita em sua teoria a equivalência entre igualdade e homogeneização, concebendo os indivíduos como seres livres (Hook, 2002 [1973], p. 182). A sociedade socialista não constituiria um estágio no qual indivíduos estariam inseridos em uma massa uniforme e sem distinções. Ao contrário do que alguns críticos de Marx argumentaram, na sociedade sem classe, os indivíduos contribuiriam de acordo com suas capacidades e seriam recompensados segundo suas necessidades, o que já promove, em si, a ideia da individualidade. Segundo Hook, a igualdade envolveria, em Marx, a preocupação e a consideração dos sujeitos que são diferentes em si e que, assim, apresentam variadas demandas: “É evidente que Marx reconhece muitos princípios éticos – não apenas a ausência de sofrimento desnecessário, mas dignidade, autorrespeito, independência intelectual, e o direito à autorrealização individual – ou seja, o desenvolvimento das habilidades potenciais desejáveis de alguém” (Hook, 2002 [1973], p. 189).

Logo no início dos anos 1930, Hook (1934) mobilizou essa noção de igualdade para estruturar sua visão de democracia, ao compreender a *ditadura do*

⁴ Nas palavras de Hook (2002 [1973]): “Esse termo, empregado por Marx três ou quatro vezes ao longo de milhões de palavras, caiu em desuso no movimento socialista internacional após sua morte, sendo reavivado por Lenin e seus seguidores pouco antes de tomarem o poder na Rússia em outubro de 1917”.

proletariado como a “democracia dos trabalhadores”, argumentado que este seria o método por meio do qual o Estado dos trabalhadores alcançaria o estágio da sociedade sem classes, empreendendo uma “expansão progressiva dos processos democráticos a um ponto em que toda a população é arrastada para as categorias dos produtores e as funções repressivas do aparelho estatal se tornem desnecessárias” (Hook, 1934, p. 457). Nesse estágio, o Estado dos trabalhadores representaria os interesses dos proletários, a fim de combater as injustiças existentes. Para Hook, a ausência de democracia social tornaria impossível o advento da democracia política, fazendo-se necessária a *sociação dos meios de produção*.

Phelps (2004) aponta que a democracia dos trabalhadores representou o principal conceito do pensamento revolucionário de Hook. Socialismo e poder popular são, nesse momento, inseparáveis: a democracia é necessária para a libertação da classe trabalhadora. Segundo Hook (2002 [1938]), a democracia depende do fato de que a economia seja subordinada ao controle político, uma vez que assimetrias econômicas minam as condições básicas de que depende uma democracia. Desigualdades alimentam a impossibilidade de suprir certas necessidades básicas o que acaba por cercear a liberdade de escolha de muitos indivíduos. Por isso, deveria existir *democracia econômica*, uma forma de socialismo que contribuiria para atenuar a diferença de poder econômico, evitando que um grupo social defina o curso da sociedade.

Quando as grandes desigualdades de poder econômico afetam a expressão do poder político, surge a exigência da democracia econômica. E, no que se relaciona com a lógica da democracia, é possível fazermos uma boa argumentação em defesa da alegação de que quando a vida política é influenciada pelo poder econômico, judicial ou mesmo religioso, a democracia política é, por si mesma, *incompleta*. Será incompleta enquanto seus fundamentos lógicos da participação e do acordo espontâneo, alcançados pelo processo de livre discussão e crítica, não forem estendidos também à vida econômica, e até que se tenha instituído uma verdadeira economia do bem-estar, que reduza as grandes diferenças entre classes econômicas, e torne mais ou menos idêntico o seu poder econômico (Hook, 1966 [1959], p. 41-2).

Nesse sentido, Hook (2002 [1973]) argumenta a respeito do caráter democrático da teoria marxista: “De acordo com Marx e Engels, revolução pode ser violenta ou pacífica dependendo da presença de possibilidades políticas democráticas, mas seja pacífica ou não, a revolução deve ser democrática”

(Hook, 2002 [1973], p. 191). Ele lembra que, na opinião de Marx, a transição para o socialismo em alguns contextos, como o da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Holanda, poderia se dar fundamentalmente por meios pacíficos (Hook, 2002 [1973], p. 192; 1966 [1959], p. 80).

Realizando uma leitura democrática da teoria marxista, Hook criticou os continuadores dela, que, em sua opinião, desviavam-se dos princípios e da dimensão democrática advogados por Marx. O seu principal alvo foi Lênin, criticado por transformar o que deveria ser uma democracia dos trabalhadores em uma ditadura do Partido Comunista (Hook, 1955). Lênin teria fomentado uma concepção ditatorial para a organização do partido, que pouco lembraria as ideias esposadas pelo autor de *O capital*. Para Hook (1955), o *slogan* “Todo poder aos soviets!” representou apenas uma propaganda à conquista do poder, diante da constatação de uma centralização do poder político por um partido que se impôs, violentamente, sobre todas as classes, incluindo o proletariado. Essa interpretação prática do marxismo teria direcionado ao rompimento com a dimensão democrática da teoria marxista.

Segundo Hook (2002 [1973]), nada foi tão antidemocrático e antimarxista quanto a tese de Lênin a respeito da assembleia constituinte e de sua legitimidade, segundo a qual os interesses da revolução são superiores aos direitos formais do órgão, que representa, para ele, o ponto de vista da burguesia. Para Hook, esse posicionamento significou um pretexto para a dispersão da assembleia e a exploração do poder. E era justamente esse autoritarismo do comunismo real que explica o mencionado anticomunismo de Hook, para quem “a ideologia comunista, como a ideologia nazista, *mas por motivos diferentes*, leva os que a adotam um programa de conquista mundial” (Hook, 1966 [1959], p. 71). Tal intuito acabaria por inviabilizar o diálogo democrático e o exercício do método da inteligência.

Tendo rompido com o comunismo leninista-stalinista soviético, Hook permaneceu socialista, crendo na socialização dos meios de produção como meio para se atingir o progresso social. Para ele, identificar o comunismo como o marxismo apenas porque os defensores daquele citam Marx seria “uma atitude tão pouco crítica quanto a identificação do fascismo clerical de Salazar e Franco, com os princípios do cristianismo, porque eles falam da ‘fraternidade do homem sob a paternidade de Deus’” (Hook, 1966 [1959], p. 73).

No entanto, o autor também fez críticas ao próprio marxismo, que seria atravessado por problemas teóricos: “Um exame rigoroso é algo que as ideias de Marx não suportarão, pois elas não foram rigorosamente formuladas. Fazendo justiça à sua intenção elas devem ser frequentemente reinterpretadas e qualificadas. Elas constituem um misto de verdade, do vago e do falso” (Hook, 1955, p. 35).

Para Hook, muitas ideias de Karl Marx fizeram sentido apenas no contexto da sociedade capitalista europeia vivida pelo teórico. A dificuldade existiria na alocação, por parte de Marx, de um caráter universal à revolução, e a extrapolação de suas ideias para outras sociedades seria seu principal erro. Assim, Hook (1955) acabou por rejeitar o próprio materialismo histórico em sua reinterpretação do marxismo. Para o pragmatista, o procedimento teórico-metodológico não esclareceria sequer a transição do feudalismo para o capitalismo, além de superestimar a dimensão econômica da sociedade. Contra-argumentando, Hook (1966 [1959]) afirma que a base econômica é compatível com mais de um sistema político e, conseqüentemente, a sua existência ou ausência podem ser atribuídas a outros fatores que não o modo econômico de produção.

Para Hook, os determinismos de toda natureza negligenciariam a dimensão contingente da vida, bem como a agência humana nos processos históricos. Pragmatista e discípulo de Dewey, ele enfatizava o potencial criativo do humano e a imprevisibilidade de uma história que nunca é integralmente determinada ou previsível. Por fim, devolveu peso significativo à agência, questionando abordagens estruturalistas que negligenciam o papel dos sujeitos. “Seu método científico desloca totalmente a necessidade da dialética” (Wheatland, 2009, p. 115), o que Hook deixa claro no ensaio intitulado *Dialectic and nature* (1937). Seu “marxismo pragmático colocou um desafio ao materialismo dialético tanto dos socialdemocratas ortodoxos como dos comunistas ortodoxos” (Westbrook, 1991, p. 467). Se o mundo é sempre incompleto, dinâmico e aberto a possibilidades, “nós não somos vítimas do destino, não estamos confinados a aceitar o status quo, e nem estamos destinados a um futuro inevitável” (Capaldi, 1983, p.22).

Hook (1962 [1943]) discute, por exemplo, o papel dos *heróis na história* – indivíduos que apresentaram um papel significativo no curso histórico e que são promotores da ação e do pensamento. Segundo ele, o herói é aquele indivíduo que apresentou significativa influência no desfecho de um aconte-

cimento histórico, que seria distinto caso ele não houvesse agido. O próprio Lênin, por exemplo, teria sido “homem-época”: uma figura de determinada época cuja capacidade excepcional de inteligência, vontade e caráter, produziram ações únicas. Para Hook, esses indivíduos autônomos e influentes seriam fundamentais às transformações históricas, o que nega a possibilidade de construção de uma lei universal sobre o curso dos processos históricos.

Com a crítica do materialismo dialético, a própria pertença do pragmatista norte-americano à tradição marxista pode ser colocada em cheque. Além disso, ele recusou a “tese marxista de que as instituições políticas eram simplesmente um epifenômeno da infraestrutura econômica” (Sidorsky, 2004, p. 42). Embora Hook (1987) afirmasse nunca ter mudado radicalmente de posição, sua recusa a alguns dos pilares centrais do marxismo sugere alterações significativas. Sidorsky (2004) defende que Hook acabou por abandonar a teoria marxista com o pressuposto de que a mesma é detentora de sementes que alimentam perspectivas autoritárias nas questões de autoridade política. O próprio Hook admitiu que precisou rever sua leitura do marxismo, advertido por Dewey, segundo quem, mesmo que a leitura democrática de Hook fosse correta, ele precisaria entender as consequências concretas da teoria marxista e sua influência na base do autoritarismo soviético. Para Hook (1987, p. 140), “se o marxismo fosse identificado com sua versão, eu seria o único marxista do mundo – o que seria demais mesmo para meu senso de humor”.

Deixando em aberto o debate sobre a radicalidade da mudança realizada por Hook, salientamos, contudo, que, segundo Phelps (2004, p. 177), Hook extraiu do marxismo a convicção igualitária socialista que, unida à flexibilidade do método científico pragmático, resultou em um método inovador de ação e prática democráticas. Dessa forma, o pragmatista defendeu a indissolubilidade entre método científico, socialismo e democracia.

Democracia e as condições do livre consentimento

Tendo explorado as bases marxistas e pragmatistas do pensamento de Sidney Hook, interessa-nos agora compreender sua concepção de democracia. Tal empreitada se justifica em um esforço mais amplo de entender teorias democráticas que se definem como radicais, buscando elementos para o delineamento de uma abordagem democrática crítica. A abordagem hookiana apresenta uma interessante costura entre igualdade, liberdade e

ética. Como aponta Kurtz (1983, p. X), “em primeiro lugar e antes de tudo, ele [Hook] foi um defensor da democracia não somente *do* povo ou *para* o povo, mas *pelo* povo”.

O conceito de democracia de Hook é bastante amplo, ultrapassando a dimensão institucional e se apresentando, na trilha de Dewey, como um *modo de vida*. De forma sintética, ele afirma que “uma sociedade democrática é uma em que o governo se assenta no livre consentimento dos governados” (Hook, 2002 [1938], p. 277). Na base da definição, está uma aposta no autogoverno, que deve sustentar-se sobre três valores: 1) a ideia de que os indivíduos têm um valor intrínseco; 2) o valor da diferença; 3) o método da inteligência para a resolução de conflitos, já abordado (Hook, 2002 [1940], p. 284). A crença no consentimento livre envolve a aposta na responsabilidade e na racionalidade dos seres humanos (Hook, 2002 [1959]). Talisse e Tempio (2002, p. 12) explicam essa ideia: “Um governo repousa no consentimento dos governados quando (1) há mecanismos políticos por meio dos quais os governados podem, em intervalos regulares, registrar sua aprovação ou desaprovação de ações ou políticas governamentais; e (2) o governo reconhece um dever *prima facie* de se conduzir de acordo com o consentimento dos governados”.

Para ser livre, o consentimento precisa ser informado e ativo, envolvendo formas efetivas de engajamento consciente. Assim, a liberdade de expressão torna-se um valor central, e os cidadãos devem ser protegidos de formas de coerção direta e indireta (Jumonville, 2004). Importa deixar claro, como faz o próprio Hook (2002 [1954]), que a defesa do consentimento não implica uma individualização atomizante da política. Isso porque o consentimento livre e voluntário não é um simples fruto da agregação de opiniões gestadas isoladamente. O consentimento livre é o resultado da discussão entre indivíduos; é fruto da busca coletiva por soluções para problemas partilhados, sendo uma conquista da *comunidade de investigadores/cidadãos*.

Para que essa discussão seja viável, Hook salienta a importância do acesso a diversas fontes de informação. A existência de versões únicas dos fatos prenderia o cidadão à ignorância e impossibilitaria a dissidência crítica. Em sociedades totalitárias, por exemplo, os indivíduos são educados de forma que o ato de pensar seja condicionado. Mesmo que sejam alfabetizados, isso não assegura, por si só, a possibilidade de crítica: “Sem o desafio e estímulo provocado pela crítica aberta de palavra por palavra, ler significa adquirir

o hábito de credulidade. É contar com símbolos externos, e não sobre o uso interno de suas próprias faculdades” (Hook, 2002 [1945], p. 297). Dessa forma, Hook discute como obstáculos epistemológicos podem impedir que o consentimento surja ou seja, de fato, livre (Talisse, 2007).

Os obstáculos ao livre consentimento não se restringem, entretanto, àqueles de natureza epistemológica. O pragmatista cita ao menos dois outros tipos de obstáculos: os procedimentais e os econômicos. No campo dos procedimentos, defende que estes “devem ser continuamente protegidos de qualquer força – interna ou externa – que frustrem o registro do consentimento livre dos governados” (Talisse e Tempio, 2002, p. 15). É preciso que haja procedimentos justos para que o livre consentimento seja expresso e aferido. Nesse contexto, Hook foi um defensor da regra da maioria, das liberdades civis e da justa divisão de poderes, questionando, por exemplo, a usurpação do poder político do parlamento pelo judiciário (Kurtz, 1983, p. X).

No que concerne aos obstáculos econômicos, Hook expressa claramente ao longo de sua obra que assimetrias econômicas profundas podem inviabilizar a formação e a expressão do consentimento. Desigualdades e injustiças econômicas severas podem minar a liberdade de escolha dos cidadãos e implicar uma falha basilar para a estruturação de democracias efetivas.

Assim, Hook (2009) enumera condições necessárias (ou “positivas”, em suas palavras) ao efetivo funcionamento de um governo democrático. A primeira delas seria a *participação ativa* dos governados, a qual se dá, fundamentalmente, por meio da livre discussão sobre políticas públicas. Se a pluralidade de interesses coloca desafios concretos à construção do consentimento, o modo de lidar com ela é a participação. Todas as preferências devem ser ouvidas, até para que algumas delas possam ser racionalmente descartadas.

A participação não significa, contudo, ausência de representação, de modo que a segunda condição positiva para a democracia seria a *possibilidade de delegação de poder e autoridade*, sobretudo em situações de decisões cruciais e ações imediatas. No entanto, o controle sobre os governantes deve ser constante. Daí deriva a terceira condição, que seria a adoção, por parte dos governados, de uma posição cética – uma *desconfiança inteligente* – em relação à liderança e ao governo. Essa desconfiança induz a adoção do método crítico.

A quarta condição positiva para a democracia seria a *democracia econômica*. Hook (2009) argumenta que um dos aspectos mais importantes ao

aprimoramento das democracias existentes é a promoção de uma igualdade substantiva que depende da subordinação do controle da economia ao controle político. A *democracia econômica* seria uma forma de socialismo, que contribuiria para atenuar a diferença de poder, evitando-se o cenário no qual um grupo social defina o curso do governo e de seus cidadãos. “Genuína democracia política, portanto, requer o direito do governado, através de seus representantes, de controlar políticas econômicas. Nesse sentido, talvez possa ser dito que onde não há democracia econômica [...] não haverá uma genuína e extensa democracia política” (Hook, 2009, p. 286-7).

A distribuição econômica produzida politicamente é fundamental para gerar igualdade, que é condição para o livre consentimento e, portanto, para a democracia. Como afirma Hook (1966 [1959], p. 42): “A democracia política sem a democracia econômica é incompleta: mas a democracia econômica sem a democracia política é impossível”. Essa ideia de uma comunidade que define seu próprio destino econômico foi assinalada pelo autor desde o ensaio *The democratic and dictatorial aspects of communism* (1934), em que propôs seu conceito de democracia dos trabalhadores sob forte influência de Marx. Como mencionado, na democracia dos trabalhadores os meios de produção seriam socializados e a classe proletária possuiria o controle das condições sociais de vida. Só assim seria possível a ideia de uma real e genuína democracia, que promovesse a implementação de políticas pautadas nos próprios interesses dos mais pobres.

A democracia econômica de Hook se manifesta como um socialismo moderado. Hook não teme, por exemplo, a intervenção política sobre a economia. Para ele, nos contextos em que a intervenção levou ao totalitarismo, a democracia política foi destruída antes da socialização da economia (Konvitz, 1983, p. 14). Ele limita, contudo, o escopo da socialização da propriedade, advogando um sistema econômico plural com propriedade privada, cooperativas e participação dos operários no espaço do trabalho. Segundo Capaldi (1983, p. 25), “o socialismo de Hook, como o de J. S. Mill, é um repúdio ao darwinismo social estrito da virada do século; um apelo por um padrão minimamente decente de vida humana”. Hook está mais próximo de uma democracia social, com uma defesa explícita do *welfare state*.

Importante salientar, ainda, que a noção de igualdade presente no socialismo pragmático de Hook não significa uma homogeneização dos indivíduos. Ao contrário, ela seria a condição de viabilidade da diferença que seria um

valor central para o autor. Trata-se de um dos pontos de Marx a atrair Hook. Os indivíduos são distintos, e a sociedade possui um caráter heterogêneo. Logo, a igualdade deve ser pensada como: 1) igualdade de oportunidades; 2) equidade de consideração.

A primeira remete a uma distribuição proporcional dos recursos e oportunidades sociais, que permitiria aos indivíduos desenvolver suas capacidades. A democracia tem um potencial ético ao permitir que “todo mundo” se realize como “cada um”. Ela deve assegurar a possibilidade de autodesenvolvimento de cada indivíduo, visto que os “democratas visam não a um mundo com um padrão uniforme para todos, mas a um mundo de diversidades compatíveis” (Hook, 1966 [1959], p. 89). A democracia reconhece e potencializa as singularidades humanas, justamente em virtude da premissa igualitária. Por isso, a justiça deve equilibrar igualdade e diferença: “*Tratar pessoas de forma justa em circunstâncias relevantes não requer que as tratemos uniformemente, mas somente que devemos possuir uma boa razão para tratá-las de forma distinta, para fazer exceções. Essas boas razões são derivadas do nosso desejo de ampliar a prosperidade humana e evitar aflição humana, reduzir sofrimento e maximizar o bem-estar*” (Hook, 2002 [1975a], p. 430-1).

A segunda dimensão da definição de igualdade, por sua vez, deriva do pluralismo das sociedades complexas contemporâneas. As pessoas precisam ser consideradas igualmente na busca por soluções aos problemas que afetam suas vidas. Mesmo que isso não produza as decisões sempre mais sábias, “na medida em que o consentimento pode ser dado, retirado ou periodicamente renovado, há uma maior chance de que as consequências de nossas políticas sejam apreciadas” (Hook, 2002 [1959], p. 258). É necessária essa consideração moral de todos para que o método da inteligência seja implementado e para que lidemos com o trágico sentido da vida em sua demanda por escolhas. E essa equidade de consideração está no coração ético da democracia como um modo de vida.

A equidade de consideração, em Hook, depende da existência de debate público: “A discussão é a essência do processo democrático e onde quer que ela floresça a controvérsia certamente surge” (Hook, 2002 [1954], p. 290). Sociedades democráticas não podem existir sem a livre discussão e intercâmbio de ideias, pois estas são essenciais para a expressão de demandas individuais e de grupos sociais. “Isso não significa o aceite ingênuo de todo diálogo como democrático e honesto, mas a defesa de que sem diálogo democrático não podemos obter autonomia e responsabilidade” (Capaldi, 1983, p. 25). Há

formas de discussão que podem minar a democracia, fazendo-se necessário atentar para algumas regras capazes de balizar debates democráticos.

A chamada *ética da controvérsia* demanda um envolvimento moral por parte dos sujeitos, que implica respeito a todos os participantes no processo (Hook (2002 [1954])). O princípio da igualdade moral, que Hook situa no coração da democracia, estabelece que todos os cidadãos são detentores do direito de argumentação e defesa de suas perspectivas. As dez regras listadas pelo autor são as seguintes (Hook, 2002 [1954], p. 294-5):

1. Nada e ninguém é imune à crítica.
2. Todos os envolvidos em uma controvérsia têm uma responsabilidade intelectual para se informar sobre os fatos disponíveis.
3. A crítica deve se dirigir, em primeiro lugar, às políticas [...].
4. Porque algumas palavras são legalmente permissivas, elas não são consequentemente moralmente permissivas.
5. Antes de impugnar as razões de um oponente, mesmo que elas possam legitimamente ser impugnadas, responda a elas.
6. Não trate um oponente de uma política como se ele fosse necessariamente um inimigo pessoal [...].
7. Uma vez que uma boa causa pode ser defendida com argumentos ruins, depois de responder aos argumentos ruins para outra posição, apresente evidência positiva para sua própria posição.
8. Não hesite em admitir falta de conhecimento ou de suspender seu julgamento se a evidência não for decisiva em nenhuma direção.
9. Somente em lógica pura e em matemática, não em questões humanas, pode-se demonstrar que algo é estritamente impossível. Porque algo é logicamente possível, ele não é necessariamente provável [...].
10. O pecado capital quando estamos buscando a verdade de um fato ou a sabedoria de uma política é a recusa de discutir ou a ação que bloqueia a discussão.

Cabe citar, ainda, que essas regras não se configuram como uma questão de educação, etiqueta ou boas maneiras: “Elas são uma questão de boas morais públicas” (Hook, 2002 [1954], p. 291). Seriam a base da participação democrática que, em última instância, tem a ver com a possibilidade de cada um participar em condições de igualdade das definições sobre os rumos da comunidade política.

O que essa ética da controvérsia possibilita, afinal, é a equidade na consideração de todos e todas, da qual deriva a *liberdade* contida na expressão livre consentimento. O tema da *liberdade* é, assim, absolutamente fundamental na obra de Hook, pois é aquele que atravessa e costura as diversas fases de seu trabalho. A liberdade está na base de sua defesa da democracia econômica, na do consentimento, na da ética da controvérsia e mesmo na de seu anticomunismo. Liberdade, em sua obra, não significa a execução de vontades individuais de maneira irrestrita (Konvitz, 1983). Hook (1964) argumenta que a liberdade é dotada de um paradoxo na medida em que ela é limitada pela existência de outros. Diante da frequente incompatibilidade entre liberdades, precisamos empregar o método da inteligência para mediar os conflitos inerentes à democracia.

É justamente essa defesa do método da inteligência e essa crença na liberdade humana que o levaram a se opor ferozmente contra práticas tidas como violentas no interior das democracias existentes. Nos anos 1960, Hook viu-se envolto pela ascensão da New Left e do movimento estudantil. Na opinião dele, a violência estudantil propiciou consequências danosas à liberdade acadêmica de vários *campi* universitários (Hook (2002 [1969])). Grupos estudantis teriam declarado guerra à instituição, à sociedade e ao governo, utilizando-se de atos de desobediência não civil (violentos e públicos) para protesto. Ou seja, os estudantes violaram deliberadamente as leis de um regime que não restringia a possibilidade de oposição e crítica aos governantes. Para Hook, aquela violência era ilegal e ilegítima porque os estudantes possuíam meios para lutar por seus direitos e demandas dentro das universidades. Em uma democracia, o protesto social realizado por meios democráticos é permitido e protegido por lei. A desobediência civil, entendida como um ato deliberado, não violento e público, é garantida e respeitada constitucionalmente. Porém, como democrata humanista, Hook afirma que protestos sociais ilegais não são justificáveis nem se adequam ao contexto democrático.

Nas últimas décadas de sua vida, e já muito mais próximo de liberais conservadores do que dos marxistas, Hook acentua suas críticas ao culto à revolução (Hook, 2002 [1975b]) e a ideologia da violência (Hook, 1975). Os defensores dessas ideologias rejeitariam o sistema político independentemente de sua forma como inerentemente repressivo, opondo-se até mesmo à liberdade, na medida em que ela cria obstáculos a seus planos

revolucionários. Marcuse, Che Guevara e Sartre seriam alguns dos gurus desse pensamento. Hook, ao contrário, defende que a reforma democrática é a maior revolução de todas (Hook, 2002 [1975b], p. 221) e advoga que a tolerância democrática não deve se estender aos intolerantes que querem acabar com a própria democracia (Hook, 2002 [1960], p. 88). Afinal, como aponta Jumonville (2004, p. 241), para Hook, a “tolerância é importante para a liberdade, mas não é tão importante como a liberdade em si”.

Apontando alguns exemplos históricos – como o movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King – Hook afirma que a maioria das efetivas reformas educacionais nas instituições deram-se sem o uso da força, nas quais dissidências alimentaram um processo argumentativo. O grande paradoxo, para o pragmatista, quanto à questão da defesa e do uso da violência é que a liberdade, utilizada como pretexto a atos violentos, é colocada em perigo pelo próprio exercício da violência, uma vez que aqueles que a utilizam possuem a responsabilidade de aceitar as punições legais impostas. Como afirma Kohl (2004, p. 164), Hook defendia o uso da força física violenta somente quando não existissem meios constitucionais pacíficos para se solucionar demandas; ou seja, quando for possível deliberar a respeito da questão, este é o método a seguir.

Importante salientar, por fim, que a crença de Hook na democracia e no emprego do método da inteligência para a superação de conflitos levou-o a propor, ainda nos anos 1950, a transnacionalização dessa forma de governo. De acordo com ele, a democracia poderia reestruturar o mundo para além das fronteiras nacionais. Para tanto, ele propõe uma união federal de democracias atlânticas (Hook, 2002 [1959], p. 266), que deveria ser capaz de transnacionalizar os valores democráticos. Sidney Hook foi antes de tudo um democrata, que acreditava na capacidade humana de recriar seus laços políticos e, assim, o próprio mundo em que estes se tecem.

Considerações finais

No presente artigo, buscamos explorar a concepção democrática de Sidney Hook. Autor muito influente nos Estados Unidos até os anos 1960, Hook caiu em progressivo ostracismo, sendo praticamente esquecido pela teoria política contemporânea e mesmo pelos estudiosos do pragmatismo. Para reconstruir suas ideias, abordamos, inicial e brevemente, sua biografia, chamando a atenção para sua atuação como intelectual público e para o fato

de ele ter testemunhado momentos históricos importantes, como a ascensão do nazismo na Alemanha, o stalinismo soviético e a caçada aos comunistas nos Estados Unidos. Na sequência, exploramos aquela que é a principal base do pensamento de Hook: o pragmatismo norte-americano. Discutimos o foco de Hook no método da inteligência, que alicerça não apenas seu naturalismo, mas sua concepção de ética e sua visão política. Na terceira parte do texto, abordamos a influência de Marx na estruturação do pensamento de Hook, sobretudo no que concerne à importância da redistribuição econômica e a uma concepção de igualdade pautada pela valorização de singularidade.

Esse percurso nos conduziu ao tratamento da visão de democracia de Hook. De forma sintética, ele defende uma visão da democracia como um processo embasado na livre discussão, que possibilite o autogoverno racional por meio da ponderação das diversas perspectivas e dos diversos valores em jogo. Esse processo teria dimensão moral por possibilitar que os seres humanos façam, coletivamente, as escolhas sempre trágicas de que necessitam e também por viabilizar o autodesenvolvimento individual. Assentada no livre consentimento, essa visão de democracia pensou condições fundamentais para si, ressaltando a necessidade de superação de obstáculos epistemológicos, procedimentais e econômicos à liberdade. A democracia de Hook seria a base de uma sociedade justa e pacífica, capaz de se reformar permanentemente em um processo revolucionário se pensado no longo prazo.

Chama a atenção a forma como Hook antecipa alguns dos principais argumentos de Jürgen Habermas (Talisso, 2007; Mendonça, 2014a). A aposta em uma concepção ampliada de democracia, calcada na participação comunicativa e balizada por uma ética da controvérsia, é o pilar estruturante da agenda deliberativa derivada da obra do filósofo alemão. Ao articular marxismo e democracia, Hook constrói uma abordagem que é crítica das assimetrias existentes, propondo caminhos discursivos para a emancipação humana e para a reestruturação de um mundo sempre dinâmico e contingente. Como defensor resolutivo do autogoverno humano, desenhou um procedimento comunicativo que possibilitasse às pessoas participar da construção das comunidades políticas em que se inserem. Ademais, nota-se sua crença em uma federação transnacional democrática que faz lembrar o elogio habermasiano à constelação pós-nacional do projeto europeu.

Cabe observar, ainda, que a visão de Hook também antecipa alguns dos elementos que um dos sucessores de Habermas no Instituto de Pesquisa

Social de Frankfurt, Axel Honneth, viria a desenvolver. Sua aposta em uma igualdade que valoriza a pluralidade e a autorrealização humanas evidenciam que, mais do que uma forma de governo, a democracia precisa ser entendida como condição e consequência da justiça: ela é uma condição de possibilidade para que as pessoas realizem seus potenciais ao permitir que todo mundo seja cada um. Paralelamente, esse processo de autorrealização potencializa e revigora o próprio autogoverno da comunidade política. Não por acaso, uma das principais bases do trabalho de Honneth é Dewey, o mentor de Hook.

Essas breves aproximações acenam para a riqueza do legado de Hook e para a possibilidade de derivar dele uma teoria democrática crítica. Curiosamente, contudo, os elementos críticos do trabalho de Hook também têm suas ambivalências. Das mesmas origens das quais se pode derivar a crítica democrática, também se podem extrair alguns posicionamentos conservadores. É interessante observar que também o deliberacionismo de Habermas e, em alguma medida, a teoria do reconhecimento de Honneth têm ambivalências que podem conduzir a leituras mais críticas ou liberais de seus argumentos (Mendonça, 2013; 2014a; 2014b). Reconhecer essas ambivalências não implica, todavia, admitir que os fundamentos desses autores necessariamente nos levem a visões liberal-conservadoras. Entendemos que a chave da crítica de Hook se encontra justamente nos anos 1930, quando marxismo e pragmatismo caminharam de mãos dadas. Concordamos com Phelps (2004, p. 181-2), para quem:

O Hook que fundiu experiência, ação, revolução e prática; o Hook que reconheceu o capitalismo como uma sociedade de classes, tolhendo a igualdade e a democracia; o Hook cujas ideias de liberdade cultural se ampliavam ao problema do trabalho e da promessa da classe trabalhadora; o Hook que via democracia, socialismo e método científico como “indissociavelmente conectados” e queria dizer isso – este, eu afirmo, é o Sidney Hook cujo pensamento é mais provável de nos servir como recurso para a renovação política e cultural de nosso tempo.

Nesse Hook se vislumbra a necessidade de uma transformação radical do mundo, para que a igualdade moral de que depende o autogoverno seja construída democraticamente; nele, os insumos para uma democracia radical são claramente visíveis.

Referências

- BAGGER, Mathew C. (2011). “Dewey’s bulldog: Sidney Hook, pragmatism, and naturalism”. *Journal of the American Academy of Religion*, v. 79, n. 3, p. 562-86.
- CAPALDI, Nicholas (1983). “Sidney Hook: a personal portrait”, em KURTZ, P. (org.). *Sidney Hook philosopher of democracy and humanism*. New York, Prometheus Books.
- ELDRIDGE, Michael (2004). “Dewey’s bulldog and the eclipse of pragmatism”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.
- HESSEN, Robert; HOOK, Ernest B.; BUNZEL, John H.; ROSS, Ralph G; DRACHKOVITCH, Milorad M. & LUJUN, Yin (1990). “Reflections on Sidney Hook”. *Academic Questions*, v. 3, n. 1, p. 9-23.
- _____. (2002 [1966]). “Are there limits to freedom of expression?”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____. (1966 [1959]). *Política e liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1964). *Os paradoxos da liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2002 [1973]). “Karl Marx versus the Communist movement”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____. (2002 [1959]). “The philosophical heritage of the Atlantic democracies”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____. (2002 [1940]). “Conflicts in ways of belief”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____. (1955). *Marx and the marxists the ambiguous legacy*. Princeton (NJ): Van Nostrand.
- _____. (2002 [1944]). “Naturalism and democracy”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____. (1987). *Out of step an unquiet life in the 20th Century*. New York: Carroll & Graf Publishers.
- _____. (2002 [1960]). “Pragmatism and the tragic sense of life”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.

- _____ (2002 [1945]). “The degradation of the word”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____ (1934). “The democratic and dictatorial aspects of communism” (discurso proferido no Institute of Public Affairs at the University of Virginia, 4 jul.). Disponível em: http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/intcon16&div=35&g_sent=1&collection=journals#466. Acesso em: 18 nov. 2013.
- _____ (1937). “Dialectic and Nature”. *Marxist Quarterly*, v. 1, p. 253-84.
- _____ (2009). *Reason, social myth and demcoracy*. New York: Cosimo Classics.
- _____ (2002 [1938]). “The democratic way of life”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____ (2002 [1954]). “The ethics of controversy”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____ (1975). “The ideology of violence”. *Revolution, reform and social justice: studies in the theory and practice of marxism*. New York: New York University.
- _____ (2002 [1969]). “The war against the democratic process”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____ (2002 [1975a]). “Human rights and social justice”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____ (2002 [1975b]). “The cult of revolution”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- _____ (2002 [1975c]). “The place of reason in an age of conflict”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.
- HORKHEIMER, Max (2007 [1947]). *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro.
- JUMONVILLE, Neil (2004). “Polemics, open discussion, and tolerance”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.

- KOHL, Marvin (2004). “Right to life and the use of violence”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.
- KONVITZ, Milton R (1983). “Sidney Hook: philosopher of the moral-critical intelligence”, em KURTZ, P. (org.). *Sidney Hook philosopher of democracy and humanism*. New York: Prometheus Books.
- KURTZ, Paul (1983). “Preface”, em KURTZ, P. (org.). *Sidney Hook philosopher of democracy and humanism*. New York: Prometheus Books.
- _____ (2004). “Sidney Hook’s secular humanism appraised retrospectively”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.
- MENDONÇA, R. F. (2012). “Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 119-46.
- _____ (2013). “Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis”. *Opinião Pública*, v. 19, n. 1, p. 49-64.
- _____ (2014a). “Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa”. *IX Encontro da ABCP*, Brasília, 4-7 ago.
- _____ (2014b). “Reconhecimento, desigualdades e capitalismo”. *II Simpósio Nacional de Democracia e Desigualdades*, Brasília, 7-9 maio.
- PHELPS, Christopher (2004). “Flexibility and revolution”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.
- POGREBINSCHI, T. (2005). *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SIDORSKY, David (2004). “Charting the intellectual career of Sidney Hook five major steps”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.
- TALISSE, Robert (2007). *A pragmatist philosophy of democracy*. New York: Routledge.
- _____ (2004). “Politics without dogmas”, em COTTER, M. J. (org.). *Sidney Hook reconsidered*. New York: Prometheus Books.
- TALISSE, Robert B. & TEMPIO, Robert (2002). “Editors’ Introduction”, em TALISSE, R. & TEMPIO, R. (orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*. New York: Prometheus Books.

WHEATLAND, Thomas (2009). “John Dewey’s pit bull Sidney Hook and the confrontation between pragmatism and critical theory”, em WHEATLAND, T. (org.). *The Frankfurt School in exile*. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press.

Resumo

O presente artigo discute as contribuições teóricas do filósofo norte-americano Sidney Hook a fim de buscar insumos para a construção de uma teoria democrática crítica. O retorno à obra desse controverso e negligenciado intelectual público se justifica por sua tentativa de articulação, ainda nos anos 1930, de duas correntes pensadas como opostas: o marxismo e o pragmatismo. Tais correntes são a base de sua proposta de democracia, fundada no autoverno com efetivo livre consentimento. O texto está estruturado em quatro seções. Na primeira delas, apresentam-se a vida e a obra de Sidney Hook. Na segunda, exploram-se as raízes pragmatistas do autor e a forma como ele constrói suas ideias a partir deste legado. Na terceira seção, abordam-se os elementos que o autor busca no marxismo e as suas críticas aos continuadores da tradição. Por fim, exploramos as ideias políticas de Hook, com foco em sua concepção de democracia, que parece ser simultaneamente radical e conservadora.

Palavras-chave: teoria democrática; Sidney Hook; pragmatismo, marxismo.

Abstract

This article discusses American philosopher Sidney Hook’s theoretical contribution, in order to generate inputs to articulate a critical democratic theory. The return to the writings of that controversial and neglected public intellectual is warranted by his attempt to combine, as early as in the 1930s, two traditions often seen as antithetical: Marxism and Pragmatism. Those traditions are the basis of his democratic theory, grounded in self-rule with effective free consent. The article is structured in four sections. The first of them presents the life and writings of Sidney Hook. The second section explores Hook’s pragmatist roots. The third section discusses the elements extracted by Hook from Marxism and his critiques to the followers of that tradition. Lastly, the article explores the political ideas of Sidney Hook, focusing on his conception of democracy, which seems to be simultaneously radical and conservative.

Keywords: democratic theory; Sidney Hook; pragmatism, Marxism.

Recebido em 8 de julho de 2014.

Aprovado em 3 de dezembro de 2014.